



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO - COMPRAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE MATO ,GRAMA E ROÇAGEM MECANIZADA EM ÁREAS PÚBLICAS.(M²)** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIAL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE MATO ,GRAMA E ROÇAGEM MECANIZADA EM ÁREAS PÚBLICAS.(M²)	14044	Metros²	500.000	R\$ 0,79	R\$ 395.000,00

1.2. O objeto desta contratação, referente à prestação de serviços de roçada manual e/ou mecanizada por metro quadrado (m²), não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 9.728, de 08 de outubro de 2021, tratando-se de serviço essencial à manutenção de áreas públicas e à preservação da segurança, salubridade e funcionalidade dos espaços urbanos e rurais.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.4. A Ata de Registro de Preços decorrente deste processo terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

1.5. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas integralmente, independentemente do quantitativo efetivamente utilizado durante o período de vigência anterior, vedada a cumulação com saldos remanescentes não utilizados, observados os limites e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, em atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caçador/SC possui a necessidade de contratar empresa especializada para a prestação de serviços de roçada manual e/ou mecanizada, por metro quadrado (m²), destinados à manutenção de áreas públicas urbanas e rurais sob sua responsabilidade, incluindo vias públicas, áreas institucionais, terrenos públicos, faixas de domínio, praças e demais espaços de uso comum.

2.3. A contratação é essencial para garantir a segurança da população, a salubridade dos ambientes, a prevenção da proliferação de vetores, a melhoria da visibilidade viária e a conservação do



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

patrimônio público, assegurando a continuidade e a regularidade dos serviços de manutenção urbana e rural executados pela Secretaria.

2.4. A presente licitação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município e devidamente registrada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o planejamento institucional da Administração Municipal e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução estudada consiste na **implementação de Ata de Registro de Preços (ARP)** para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de roçada manual e/ou mecanizada, por metro quadrado (m²)**. Essa modalidade proporciona **flexibilidade operacional, competitividade de preços e agilidade na contratação**, permitindo o atendimento contínuo e eficiente das demandas da **Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caçador/SC**, cujas necessidades variam conforme fatores climáticos, crescimento da vegetação e surgimento de demandas emergenciais.

3.2. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços possibilita que os serviços sejam executados sob demanda, conforme a real necessidade da Administração, ao longo da vigência da Ata, garantindo o adequado planejamento, controle dos custos e racionalização dos recursos públicos.

3.3. A descrição detalhada da solução, incluindo as características do serviço, critérios de execução, forma de medição por metro quadrado, aspectos ambientais e operacionais, bem como a análise do ciclo de vida do objeto, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A prestação de serviços de roçada manual e/ou mecanizada, por metro quadrado (\$m^2\$), possui natureza de serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 10.792/2023. Para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caçador/SC e garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na execução dos serviços de roçada, os seguintes requisitos e especificações técnicas deverão ser rigorosamente observados:

4.2. Qualidade, Condição e Conformidade dos Serviços

- **Execução Adequada:** Os serviços de roçada deverão ser executados de forma manual e/ou mecanizada, conforme a necessidade da área atendida, respeitando as características do terreno, tipo de vegetação e condições de segurança.
- **Recolhimento e Destinação de Resíduos:** É de responsabilidade integral e exclusiva da contratada o recolhimento, a varrição, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos resultantes da roçada (grama, mato e restos vegetais). O custo com locais de transbordo ou bota-fora licenciados corre por conta da contratada, não cabendo ao município indicar local ou arcar com taxas de descarte.
- **Padrão de Desempenho:** A roçada deverá resultar em vegetação aparada de forma uniforme, com o local devidamente limpo e livre de resíduos, garantindo a visibilidade e a segurança, conforme padrões definidos pela Secretaria de Infraestrutura.
- **Conformidade Legal:** A execução deverá observar a legislação ambiental e as Normas Regulamentadoras (NR-06, NR-12 e NR-31), bem como as normas municipais de limpeza urbana.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

4.3. Justificativa Técnica para os Parâmetros de Execução

- **Natureza e Frequência:** Atendimento das demandas de limpeza e conservação de vias públicas, praças, canteiros e terrenos institucionais, prevenindo a proliferação de pragas e garantindo o aspecto urbanístico.
- **Necessidade Operacional (Art. 45, I):** A definição dos critérios visa assegurar serviços compatíveis com o volume urbano, prevenindo o entupimento de bueiros e canaletas pelo não recolhimento do material cortado.
- **Segurança e Saúde Ocupacional:** Os métodos de trabalho devem minimizar riscos aos operadores e terceiros, com uso obrigatório de EPIs e equipamentos com manutenção em dia.
- **Competitividade (Art. 41):** As exigências de recolhimento de resíduos e vistoria são padrões usuais de mercado para serviços urbanos e garantem a seleção de empresas com capacidade operacional real.

4.4. Equipamentos, Mão de Obra e Responsabilidade Técnica

- **Equipamentos:** A contratada deverá disponibilizar roçadeiras, sopradores, ferramentas de limpeza e veículos para transporte de resíduos, além de combustíveis e lubrificantes necessários.
- **Sinalização de Segurança:** É obrigatória a sinalização do local com cones e placas de advertência ("Homens Trabalhando") para garantir a segurança de pedestres e veículos durante a execução.
- **Mão de Obra:** A contratada responde integralmente pela equipe, incluindo treinamentos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

4.5. Experiência e Capacidade Técnica da Contratada

- **Comprovação de Experiência:** A empresa deverá comprovar experiência anterior em serviços de roçada e manutenção de áreas verdes compatíveis com o objeto.
- **Vistoria Técnica:** Fica facultada aos licitantes a realização de Vistoria Técnica prévia nas áreas urbanas para pleno conhecimento das condições locais. Caso optem por não realizar, deverão apresentar declaração de pleno conhecimento, renunciando a pedidos de reequilíbrio por dificuldades técnicas do terreno.

4.6. Prazo, Logística e Pronta Resposta

- **Início da Execução:** Os serviços deverão ser iniciados em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento (AF).
- **Correção de Inconformidades:** Caso a roçada ou o recolhimento dos resíduos não atenda ao padrão de qualidade, a contratada deverá corrigir a falha imediatamente, sem custo adicional.
- **Locais de Execução:** Os serviços serão executados exclusivamente nas áreas indicadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura dentro do **perímetro urbano** do Município de Caçador/SC.

4.7. Responsabilidade Financeira e Operacional

- **Medição por Relatório Fotográfico:** O faturamento será vinculado à apresentação de relatório fotográfico ("antes" e "depois") que comprove a roçada e a limpeza total (recolhimento) da área medida. O pagamento fica condicionado à aprovação deste relatório pela fiscalização.
- **Capacidade Financeira:** A contratada deverá demonstrar solidez financeira para manter a regularidade da prestação dos serviços durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.8. Modalidade e Critério de Julgamento



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

O Registro de Preços será realizado por meio de **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, com **critério de julgamento pelo menor preço por item (m²)**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, §2º, e 34, todos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.9. A Entidade Requisitante não vedará o fornecimento de qualquer marca(s)/produto(s).

Subcontratação

4.9.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O início da **execução dos serviços de roçada** deverá ocorrer em até, no máximo, **48 (quarenta e oito) horas** após o recebimento da **Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento (AF)**, exceto em situações extraordinárias devidamente justificadas e aceitas pela Administração. A contratada deverá garantir **pronta resposta para atendimento de demandas emergenciais**, assegurando disponibilidade operacional compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

5.2. Todos os **custos necessários à execução dos serviços**, incluindo mobilização de equipes, deslocamento, transporte, fornecimento de equipamentos, ferramentas, combustíveis, EPIs e quaisquer outras despesas operacionais, serão de **inteira responsabilidade da contratada**, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor contratado.

5.3. Caso não seja possível iniciar ou concluir a execução dos serviços na data assinalada, a contratada deverá **comunicar formalmente as razões do impedimento com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas**, para que eventual solicitação de prorrogação de prazo seja analisada pela Administração, ressalvadas as hipóteses de **caso fortuito ou força maior**, devidamente comprovadas.

5.4. Os serviços de roçada serão executados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura através de Ordem de Serviço (OS) ou Autorização de Fornecimento, podendo abranger áreas urbanas.

5.4.1. Na ausência de planta cadastral prévia com a metragem exata da área, **caberá à contratada a responsabilidade pela medição in loco** da superfície efetivamente roçada.

5.4.2. A medição deverá ser realizada preferencialmente por meio de ferramentas de georreferenciamento (GPS de precisão ou aplicativos de mapeamento) ou trena eletrônica, devendo a empresa apresentar o memorial de cálculo e o mapa/croqui da área junto à nota fiscal.

5.5. Somente serão considerados regularmente executados os serviços que estiverem em conformidade com este Termo de Referência, verificados e atestados pela fiscalização.

5.5.1. A fiscalização da Prefeitura de Caçador terá total autonomia para realizar auditorias nas medições apresentadas pela contratada, utilizando-se de base cartográfica própria ou conferência de campo.

5.5.2. Havendo divergência superior a **5% (cinco por cento)** entre a medição apresentada pela empresa e a conferência da fiscalização, prevalecerá a medição da Administração, podendo a empresa ser notificada para prestar esclarecimentos.

5.5.3. Como condição para o pagamento, a contratada deverá apresentar **relatório fotográfico (antes e depois)** de cada área executada, que permita a identificação clara do local e da qualidade do serviço.

5.5.4 Somente serão considerados **regularmente executados e passíveis de medição e pagamento** os serviços que estiverem **em plena conformidade com as especificações deste Termo de**



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Referência, atendendo aos padrões de qualidade, segurança e desempenho estabelecidos, devidamente verificados e atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. Abrangência da Garantia: A garantia cobre a qualidade, uniformidade da roçada e a correta destinação dos resíduos vegetais, conforme normas ambientais e de segurança vigentes.

5.6.1. Correção de Inconformidades:

- 6.2.1. Notificada pela fiscalização, a Contratada deverá corrigir falhas (ex: roçada incompleta, resíduos deixados no local) em até 2 (dois) dias úteis, sem ônus à Administração.
- 6.2.2. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Secretaria de Infraestrutura.

5.6.2. Responsabilidade por Danos: A Contratada responde exclusivamente por qualquer dano ambiental, material ou a terceiros (ex: pedras lançadas em vidraças ou veículos) causado durante a execução, devendo promover a reparação ou ressarcimento imediato.

5.6.3. Capacidade Operacional: A empresa deve manter pessoal e maquinário suficientes para atender tanto às demandas ordinárias quanto às correções apontadas pela fiscalização simultaneamente.

5.6.4. Responsabilidade Pós-Contratual: A responsabilidade pela qualidade dos serviços subsiste após o encerramento do contrato. Vícios ocultos ou falhas graves detectadas posteriormente sujeitarão a empresa às penalidades previstas na Lei de Licitações.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
--

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução da entrega e instalação será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização da instalação, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, artigo 117, caput).

Fiscal do Contrato



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, VI).

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, artigo 117, §1º, e Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, II).

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, III).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, IV).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, V).

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto n.º 11.246, de 2022, artigo 22, VII).

6.18. O presente processo tem como Fiscal Titular o servidor **CAMILO BASEGGIO – Matrícula: 1794** e Fiscal Substituto o servidor **MÁRCIO ERNANI TELES DE OLIVEIRA – Matrícula 1033**.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 10.792, de 22 de março de 2023).

Fiscalização Administrativa Gestor do Contrato Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Avenida Santa Catarina, 195 | Centro | CEP: 89.500-124 | Caçador – SC | Fone: (49) 3666-2433 Página 6 de 10.

6.25. O presente processo tem como gestor **ROBSON ROSA DE OLIVEIRA matrícula: 15215. - Substituto - VINICIUS EDUARDO RECH, matrícula : 20814**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, com atividade econômica compatível com a prestação de serviços de roçada, manutenção de áreas verdes ou serviços correlatos.

8.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

8.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

8.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com a prestação de serviços de roçada e manutenção de áreas verdes.

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

atividade em cujo exercício presta os serviços contratados ou concorre.

8.14. Caso o licitante seja considerado **isento de tributos municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de **declaração expedida pela Fazenda Municipal competente** ou documento equivalente, na forma da lei.

8.15. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, nos termos da legislação aplicável.

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e/ou Municipal, conforme o caso, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício presta os serviços de roçada ou concorre à contratação.

Qualificação Econômico-Financeira
--

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, artigo 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.18. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento do objeto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total do Registro de preço é de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais.)

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

10.2. A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrão a conta da **Dotação do Orçamento** do exercício de **2026**:

- **Unidade Gestora:** 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
- **Órgão Orçamentário:** 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO
- **Unidade Orçamentária:** 2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
- **Função:** 15 – URBANISMO
- **Subfunção:** 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
- **Programa:** 103 – DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE
- **Ação:** 2.14 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
- **Despesa:** 63– 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
- **Fonte de recurso:** 1100 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.7000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

OBJETO:

Registro de preço para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTE DE MATO ,GRAMA E ROÇAGEM MECANIZADA EM ÁREAS PÚBLICAS.(M²)**,conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

Caçador, 26 de janeiro de 2026.

Jeferson Castro Antunes
Diretor Administrativo
Matrícula n.º 22434